

O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos de política urbana de Lisboa

Alexandra Castro
Joana Lucas
Vítor Matias Ferreira

Enquadramento político do plano de urbanização da Expo'98

É consensualmente defendido que a realização da Exposição Mundial de Lisboa, em 1998, sob a temática “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”, deverá implicar uma ambiciosa operação de reordenamento urbano e de requalificação ambiental no espaço urbano e metropolitano de Lisboa. Uma área urbanística e ambientalmente degradada, constitui o alvo de um processo de reabilitação, através da criação e infra-estruturação de um novo espaço urbano. Designada como “Zona de Intervenção da Expo'98” e delimitada pelo Decreto-Lei nº 87/93, de 23 de Março, este território de 330 hectares, limitado a norte pelo rio Trancão, a sul pela Avenida Marechal Gomes da Costa, a oeste pela linha de caminho-de-ferro e a leste pelo rio Tejo, é declarado como “área crítica de recuperação e de reconversão urbanística”.

Segundo o “Programa preliminar dos estudos urbanísticos de pormenor”, realizado pela Parque Expo'98, S.A.¹, estão previstas para esse território redes de infraestruturas e de acessibilidades e uma série de equipamentos diversos, de modo a possibilitar a “criação de uma nova centralidade” no espaço urbano de Lisboa. A sua frente de rio - cerca de 5 Km (correspondente à volta de 20% do total da frente ribeirinha do concelho de Lisboa) - deverá ser reabilitada, tal como as zonas ocupadas por actividades de sectores industriais altamente poluentes, não compatíveis com as finalidades daquela operação urbanística.

Será bom dar conta, antes de mais, dos objectivos e estratégias de acção propostas pela Parque Expo'98 S.A., desde o início da sua constituição. Relembramos o seu carácter excepcional, com o estatuto de sociedade beneficiadora do “regime especial de ordenamento”, para uma melhor compreensão do modo de desenvolvimento deste projecto urbano, assim como dos meios nele utilizados.

A concepção do projecto urbanístico procurou ter em conta os aspectos singulares e valorativos da zona em questão, definidos pela Parque Expo'98, como os “conceitos estratégicos” para a reconversão urbana da Zona de Intervenção², nomeadamente a sua localização estratégica na área metropolitana de Lisboa, reforçada pela construção da nova ponte sobre o Tejo, a proximidade do aeroporto de Lisboa, a articulação com a auto-estrada do Norte e com a CRIL e, ainda, a disponibilidade de uma ampla frente ribeirinha, passível de ser oferecida à plena fruição pública.

O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98 (PUZI) - aprovado em 15 de Julho de 1994, pela portaria nº 640/94, do MPOT -, constitui, assim, um documento fundamental para uma análise do processo de implementação do empreendimento, na sua generalidade, bem como das transformações espaciais que serão levadas a efeito, permitindo, deste modo, uma reflexão e avaliação do que poderá vir a ser aquele território urbano³.

A zona de intervenção da Expo'98, submetida ao Plano de Urbanização, subdivide-se em várias “zonas urbanas”, diferenciadas pela sua caracterização urbanística e constituindo “unidades operativas de planeamento e gestão”, sobre as quais incidiram correspondentes planos de pormenor⁴. Os seis planos de pormenor do Plano, desenvolvidos por projectistas-consultores, devem visar a recuperação e reconversão urbanística das áreas que os integram, procurando uma convergência com o objectivo fundamental do Plano: criar “uma nova centralidade” na área metropolitana de Lisboa. Tal é o objectivo que se considera como mais importante nas propostas do Plano de Urbanização. Tais são, também, os compromissos formais e políticos - de política urbana, precisamente - assumidos pelos responsáveis da Operação Expo'98!

Os objectivos de planeamento e a aposta na “regeneração” urbana

Vejamus com mais detalhe aqueles compromissos de política urbana. A importância da criação de uma nova centralidade na cidade de Lisboa é sublinhada pelo coordenador do PUZI (arq. Vassalo Rosa), que considera ter tido a preocupação de “nunca dizer que a zona de intervenção é

Lisboa ou Loures (...)" Pelo contrário, acha que ela se situa, "geograficamente, no centro da área metropolitana de Lisboa (AML), no centro das acessibilidades dessa área metropolitana - junto ao aeroporto, no centro do arco que liga toda a AML, está junto à Estação Intermodal, que articula todos os tipos de transportes urbanos, e tem ainda uma frente de rio, com uma estação fluvial"⁵. Também do ponto de vista da promoção imobiliária, o discurso é optimista, uma vez que para o presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária, a zona da Expo'98 "vai passar a ser, sem dúvida, a principal zona da cidade, (...) mais uma centralidade. A nova centralidade de Lisboa vai ser na zona oriental da cidade, uma zona exemplar da cidade"⁶.

No entanto, segundo a responsável do Departamento de Planeamento Estratégico da CML, o efeito de criação de uma nova centralidade, no período pós-Expo'98, não constitui uma certeza, uma vez que é um processo complexo, que deve ser sujeito a alguma reflexão. Na sua opinião, é fundamental "avaliar no pós Expo como é que vai acontecer, ou como é que não vai acontecer uma cidade nova (...). Mesmo sendo aqui na cidade, nós podemos ver surgir um subúrbio dentro da cidade, sem os equipamentos correspondentes, sem a vivência correspondente como cidade e, mais grave ainda, sem as funções centrais de cidade". E acrescenta que uma tal situação "é sempre possível, mas exige um trabalho de interligação e interdisciplinaridade muito grande"⁷.

A concretização de um programa urbanístico de âmbito metropolitano, tem que assegurar a coexistência de uma diversidade de usos e funções urbanas (habitação, serviços, comércio, administração, equipamentos vários, zonas verdes, actividades desportivas e lúdicas, etc.) e, por outro lado, uma tal multifuncionalidade urbana exige uma "mistura" coerente e equilibrada dos diversos usos previstos, assim como um reequacionamento das acessibilidades metropolitanas, nomeadamente, superando as "barreiras" envolventes actuais.

Nessa medida, para o coordenador daquele plano de urbanização, "o problema da multifuncionalidade e da flexibilidade do Plano, é fundamental. Temos que aproveitar a Exposição, tentar que tudo seja definitivo. Mas aquilo que forçosamente tenha de ser efémero, tem também que poder permanecer como efémero na cidade, porque queremos que também faça parte da cidade. (...) Outro conceito fundamental é que todo o investimento que aqui seja feito, seja para a cidade e de carácter duradouro (...) Tem que haver um espaço público urbano, com uma memória (...) A Exposição Mundial vai ser um espaço de memória e vai ter um conjunto de equipamentos que, forçosamente, vão captar as pessoas, dos mais variados estratos etários, grupos sociais e culturais"⁸.

O Plano estabelece, ainda, outros objectivos e estratégias complementares, mas fundamentais para a sua concretização, como sejam o traçado e o ordenamento urbanístico, a frente ribeirinha, a qualidade de vida urbana, a requalificação ambiental e, pôr fim, a valorização das singularidades da Zona de Intervenção⁹.

De acordo com aqueles objectivos, o traçado urbanístico deve assegurar, por um lado, a união com todos os acessos metropolitanos, com as áreas urbanas do outro lado do caminho-de-ferro e com a faixa ribeirinha e, por outro, deve garantir a continuidade com o tecido urbano envolvente, transpondo, funcional e visualmente, as barreiras a essas continuidades. A malha urbana será, assim, desenvolvida a partir de uma via principal, que se articula com as travessias que unem a cidade ao rio; a alameda central deverá constituir um espaço marcante de estruturação urbana, associada ao ponto de encontro central do Recinto da Expo'98, separando a zona de habitação, comércio e serviços, da zona de união com o rio - com os principais equipamentos e usos lúdicos.

Ainda segundo aqueles objectivos, o ordenamento urbanístico deverá orientar-se por etapas de crescente concretização, devendo apresentar uma coerência global a partir de grandes eixos urbanos e de um espaço público estruturante - a que correspondem as principais vias de acessibilidade, a frente ribeirinha e os espaços verdes, elementos estes considerados de relação entre a zona de intervenção, o rio e a envolvente urbana. Para tal, considera-se indispensável um integral aproveitamento de todas as infraestruturas construídas para a Exposição¹⁰.

Por outro lado, a frente ribeirinha deverá constituir um espaço privilegiado de utilização pela população, afastando-se dela o tráfego rodoviário e otimizando a ligação com os rios Tejo e Trancão. Para tal, é necessária a redução da pressão urbanística na frente do rio, a localização das áreas de maior densidade de uso urbano numa zona mais a montante dessa frente e a valorização das vistas panorâmicas sobre o rio. Pretende-se a viragem da cidade para o rio, através da criação de condições de acessibilidade fluvial à margem e de um espaço multifuncional em que predomine o lazer e o desporto. A frente ribeirinha deve constituir uma zona de encontro entre as pessoas, um local de passeio¹¹.

Com tais objectivos de planeamento, pretende-se garantir um bom nível de qualidade de vida urbana, através de uma relação "harmoniosa" entre emprego, habitação, equipamentos, serviços e infraestruturas previstas, em particular no domínio das telecomunicações, centros de desenvolvimento tecnológico, etc. Isto é, pretende-se promover uma ocupação urbana "equilibrada" nos planos social, económico e cultural.

Não se estranha, pois, que a criação de um espaço de qualidade urbana, exija a requalificação ambiental da zona, através de uma série de acções (algumas já realizadas), nomeadamente, o desmantelamento das indústrias existentes, a recuperação e descontaminação dos solos, a recuperação do aterro sanitário, a desactivação e remodelação da estação de tratamento de resíduos sólidos de Beirolas, a despoluição do rio Trancão, o tratamento da margem, a criação de um passeio marginal e de um parque urbano, bem como de zonas para embarcações de recreio, a recuperação da Doca dos Olivais e a preparação e disponibilização de sistemas de usufruto dos espaços e ambientes, através de um ordenamento paisagístico de toda a zona de intervenção.

Destaca-se, ainda, a valorização das singularidades da Zona de Intervenção, que segundo aqueles objectivos, passa pelo conceito de “renaturalização” de algumas áreas, sem constituir uma situação de ilha, deslocada do centro da AML, mas assegurando a circulação e fruição de grandes massas de população. Como estratégia concreta, refere-se a potenciação das margens dos rios Tejo e Trancão e das suas zonas húmidas, as formações de relevo natural (como o Cabeço de Rolas, recuperado para um jardim urbano e miradouro), a Torre de Refinaria (recuperada como memória da anterior vocação industrial daquela zona), e as malhas verdes existentes, e projectadas.

Neste sentido, o objectivo fundamental do plano de urbanização, nas palavras do seu coordenador, implica “(...) revalorizar a relação da cidade com o rio, recuperar o ambiente e a paisagem, reconverter o uso, assegurar a integração deste espaço com uma identidade própria no tecido da cidade (...)”. Deste modo, deverá ser “recuperada para a cidade e integrada para o seu uso público de forma consolidada, uma frente ribeirinha de 5 Km, até então margem degradada e vazadouro insalubre da cidade”¹².

O jogo paradoxal entre a oferta residencial e a procura habitacional

A estratégia de comercialização dos terrenos, desenvolvida pela ExpoUrbe¹³, visa uma oferta habitacional estendida a vários estratos sociais. O “Programa preliminar dos estudos urbanísticos de pormenor”, realizado pela Parque Expo, prevê que a habitação seja diversificada quanto à tipologia e morfologia arquitectónica, forma de acesso (arrendamento, aquisição livre, aquisição apoiada), características etárias, culturais, sócio-económicas e dimensionais do agregado familiar. O desenvolvimento

habitacional tentará também incluir as camadas jovens, particularmente pelo tipo de alojamento universitário¹⁴. No entanto, a habitação prevista é essencialmente dirigida a determinados grupos sociais, sendo privilegiados “os agregados de médio e médio-alto rendimento”. Segundo um dos responsáveis da Expo Urbe, “(...) temos aqui uma construção que funciona entre o médio e o médio-alto. Também não é o Restelo, não temos habitação propriamente de luxo”. E justifica que para algumas tipologias de habitação, “(...) teria que ser um grande promotor a edificar uma grande quantidade de fogos, com uma grande economia de escala, com tipologias pequenas, que permitisse ir para aquele segmento de casais jovens, com algum poder de compra e, sobretudo, com perspectivas de terem um poder de compra mais elevado, e que hoje só podem comprar casas nos arredores de Lisboa. (...) Existe aqui um objectivo, que é criar condições para uma determinada faixa da população, que valoriza um determinado tipo de situação e de qualidade de vida, mas não tem o poder económico para fazer essa opção de ter uma casa na cidade”¹⁵.

Esta potencial oferta, de volume significativo de habitações, coloca alguns problemas. Com efeito, as estimativas da população residente para a área de intervenção rondam os 25.000 habitantes. Este número levanta a questão da “origem” desta população e, complementarmente, impõe uma análise das dinâmicas demográficas da metrópole de Lisboa.

Através dos censos da população do INE, verifica-se que no decénio de 1981 e 1991, a área metropolitana de Lisboa (AML) desacelerou, acentuadamente, o seu crescimento populacional, surgindo o concelho de Lisboa, como o caso mais extremo de significativo decréscimo populacional (perca de cerca de 150.000 habitantes). Isto não significa que a cidade de Lisboa apresente tendências para um contínuo decréscimo da sua população, no entanto, não parece, ainda, ter iniciado um processo sustentado de recuperação do volume populacional. Efectivamente, os movimentos migratórios rumo à cidade, acrescidos das taxas de natalidade, não parecem vir a suplantar o somatório das taxas de mortalidade com os movimentos migratórios para fora da cidade.

Outro dado importante é a análise das dinâmicas urbanas intrametropolitanas e, especificamente, a capacidade de retenção de população em alguns concelhos da Metrópole de Lisboa. É o caso dos concelhos da margem norte da AML, em relação aos quais Lisboa parece perder capacidade de atracção, embora sejam estes concelhos que continuam a ocupar as primeiras posições nos fluxos diários de população para Lisboa. Por outro lado, Oeiras e Cascais, evidenciam-se como concelhos de forte dinamismo e, conseqüentemente, com forte capacidade de retenção de população trabalhadora e estudantil.

Neste jogo de oferta e de procura de espaços residenciais, a situação é, claramente, paradoxal: são, precisamente, os que mais procuram uma habitação adequada às suas necessidades, os que menos encontram uma oferta ajustada aos seus correspondentes meios materiais de satisfação daquelas necessidades, isto é, os que se situam numa escala de baixo e médio-baixo (para continuarmos no mesmo universo linguístico).

Mas é um facto que, embora ténues, se registam alguns sinais de regresso metropolitano e/ou de mobilidade intra-urbana, no caso da cidade de Lisboa. Com efeito, as políticas de reabilitação urbana e a edificação de novas zonas residenciais, apontam no sentido daqueles movimentos *back to the city!* E, aqui, aquela oferta média e média-alta da zona da Expo, encontrará, certamente, alguns dos seus “clientes”. Em todo o caso, aqueles sinais, sendo ténues, não permitem uma visão optimista, nomeadamente, tendo presente a actual oferta excessiva, paradoxal, portanto, de espaços habitacionais.

Os “malefícios” da indústria e o terciário “avançado”

Parece importante, no entanto, em relação a esta temática, adoptar uma perspectiva territorial mais adequada, isto é, ao nível da Metrópole de Lisboa¹⁶. Concretamente, Oeiras apresenta-se como um concelho com um dinamismo crescente e com uma tendência acentuada de especialização com base em unidades de terciário superior. Não será, pois, inoportuno referir algumas das acções desenvolvidas neste concelho e que, de alguma forma, deveriam estar presentes nos processos de planeamento de outras áreas urbanas e, ao fim e ao cabo, do próprio planeamento metropolitano de Lisboa.

Um aspecto importante a ter em conta parece ser a vontade latente ou manifesta de implementar em determinados espaços aquilo que se tem denominado de “pólos tecnológicos”, “parques científicos” ou “centros de inovação”. A ausência de um termo específico, reflecte a falta de um denominador comum capaz de caracterizar estas áreas. No entanto, ainda que reenviem a realidades diversas, pode dizer-se que se trata de unidades articuladas com as novas tecnologias, dispondo de estruturas que favoreçam a coexistência de actividades diversas de investigação.

O Parque de Ciência e Tecnologia¹⁷ (PCT), do concelho de Oeiras, tem como conceito básico um local em que se processem vectores de ensino/formação, investigação/desenvolvimento, inovação/transferência de tecnologia em ambiente qualificado e complementarizado com funções lúdicas e urbanas, que permitam o aparecimento e desenvolvimento de

sinergias que contribuam para o reforço da sua dinâmica e do sucesso do seu crescimento. Para o responsável pelo Gabinete de Desenvolvimento Municipal de Oeiras, “não é possível fechar o concelho dentro das suas fronteiras. Se queremos reduzir a diferença entre a população residente e a população activa, temos de aumentar as potencialidades de emprego aqui. Não faz sentido neste concelho - que está no centro da área metropolitana e faz parte do espaço da cidade - pensar que conseguimos instalar grandes fábricas (...). Por outro lado, conseguimos salvaguardar um regime de acessibilidades e de ambiente muito cativante para os pólos tecnológicos. Só acredito que aqui funcionem os escritórios em termos de Parque; em termos da malha urbana existente, os escritórios não funcionam (...) O projecto não se esgota com a população do concelho; o Parque de Ciência e Tecnologia é um fenómeno maior do que um projecto regional, tendo por isso influências muito determinantes”¹⁸.

O local em que o PCT se vai instalar define-se como uma área aberta e sem estrangulamentos de “pré-existência”, apresentando uma boa qualidade ambiental e possível de valorização através da qualificação dos programas e projectos a implantar. Esta área, com estas características e não deixando de girar em torno do centro de gravidade da Metrópole de Lisboa, demonstrou de imediato a sua apetência para a instalação do Parque, tanto mais que a acessibilidade actual lhe atribui um forte vector de preferência. Deste modo, considera-se, assim, que “as novas tecnologias e as formas de comunicação são hoje imediatas; com isso, aumenta a distância possível do funcionamento do terciário. Como tal, as empresas começam a procurar espaços mais livres, que não estejam muito concentrados em formas urbanas. (...) Lisboa não pode competir connosco em termos de construção de um Parque de escritórios como a Qt. da Fonte ou um Parque de Ciência como a TagusParque. Não tem espaço, e por isso acaba por sair para fora dos seus limites”¹⁹.

Aproveitando o testemunho de um interveniente no processo de estruturação urbana de um dos concelhos centrais da Metrópole de Lisboa, constata-se que a consolidação dos ditos Parques de Ciência e Tecnologia naquele território, é já, praticamente, indiscutível, podendo, assim, entrar em “competição” com um dos objectivos do Plano de Urbanização da Expo’98, que passa pela “criação de uma das áreas de terciário e serviços mais qualificadas da AML”.

Na estratégia de comercialização de terrenos, a nível do terciário, um dos seus responsáveis salienta que existe a “preocupação pela procura de entidades institucionais e empresas privadas, que, de alguma forma, através desse género de actividade, possam atrair esse tipo de situações”, localizando uma série de empresas e de escritórios, de forma a criar uma

espécie de *Office Park*. Tratar-se-ia, assim, de “criar uma centralidade de Lisboa no século XXI. (...) trazer empresas para situações de modernidade e de eficiência (...). Temos aqui um lugar reservado para o *World Trade Center*, que estava previsto inicialmente para Oeiras e que mostra alguma motivação das pessoas para se calhar esquecerem Oeiras - não é que estejamos a tentar competir directamente com Oeiras...- mas, por uma série de razões, vieram para aqui (...)”²⁰.

A abordagem utilizada não é tanto a de seleccionar os tipos de empresas a instalar, de privilegiar determinados sectores, mas de deixar o mercado a funcionar “naturalmente”, de acordo com a potencial procura. E se, de início, foi o mercado a desencadear a estratégia da empresa, mais tarde os responsáveis aperceberam-se “de que havia aqui um ‘isco’, que eventualmente poderíamos até privilegiar um pouco, porque pode interessar-nos criar uma massa crítica à volta de situações que vão sucedendo, eu diria quase organicamente”. Nesse contexto, “a ideia era de criar aqui uma cidade que se desenvolveria organicamente, deixando o mercado apropriar-se daquilo que se disponibilizou, e não propriamente haver uma estratégia sectorial. É uma opção de fundo”²¹.

Numa lógica de “descongestionamento das actividades industriais e similares e sua saída da cidade de Lisboa para áreas envolventes” e de “evolução a médio e longo prazo dos sistemas industriais em reforço de factores imateriais (ciência, tecnologia, organização)”, pretende-se que a Zona de Intervenção seja ocupada por actividades que, globalmente, contribuam para uma imagem de qualidade urbano-paisagística e de prestígio, actividades essas mais próximas do conceito de “indústrias terciárias”²²

As “indústrias incompatíveis”²³ foram, deste modo, transferidas para outros locais e serão substituídas por outro tipo de actividades, tais como actividades gráficas limpas, pequenas actividades de têxtil e de vestuário, *ateliers* de moda e desenho, actividades associadas aos *media*, de apoio a feiras e exposições; actividades associadas à Expo'98; indústria ligada à investigação e desenvolvimento; utilizadores de equipamentos e serviços avançados de telecomunicações.

Com a transferência das ditas indústrias incompatíveis, quando se iniciam grandes projectos de renovação urbana, nomeadamente nas frentes de água, esquece-se muitas vezes que determinadas indústrias ainda se encontram, de algum modo, dependentes do uso da água (centros de importação e exportação de petróleo, instalação de areia e gravilha, reparação naval...). A ameaça de transferência, ou de forçada condenação, de determinadas actividades marítimas tradicionais, poderá fazer com que o recurso aquático deixe de ser interessante, não produtivo e subutilizado.

De acordo com um dirigente governamental, “(...) a Expo’98, de alguma forma, prejudicou uma zona logística de retaguarda do porto de Lisboa, que era a zona de Beirolas (...) e, hoje em dia, está colocada e dispersa pelos arredores de Lisboa em circunstâncias mais ou menos clandestinas (...). Há actividades que têm de ser equacionadas, não são puramente portuárias no sentido de tráfego internacional, mas são importantes para a vivência de uma cidade. (...) Antigamente, as areias eram recebidas em vários terminais fluviais, ao longo da cidade de Lisboa; um era em Beirolas, que foi destruído para fazer a Expo’98; outro era debaixo da ponte sobre o Tejo, que foi eliminado por causa da zona de turismo de qualidade da Doca de Santo Amaro; e outro, em Bole, porque estava muito próximo da Presidência da República, e porque se fez aquela requalificação da Central Tejo, e depois foi tudo concentrado à *trouchemouche* na zona da Matinha, sem capacidade para fazer a dragagem, a secagem e a desalinização, que é uma coisa importante. Foi necessário ir buscar areias à margem sul, pejando a ponte com camiões (...), é uma actividade que é preciso ter em conta, e recriar, para que, embora seja pouco agradável à vista, desempenhe uma função útil e descongestione as estradas do excesso de camionagem”²⁴.

Sem dúvida que um processo de “regeneração urbana”, na área da Expo’98, implica “limpar” as indústrias anteriormente instaladas, num processo complexo que, requalificando a zona, não introduza efeitos perversos no sistema urbano que, precisamente, se pretenda requalificar. Uma vez mais, a ausência de uma avaliação dos impactes sociais e urbanos de determinadas decisões - e, desde logo, do próprio modelo urbano a implantar na área de intervenção da Expo - torna totalmente aleatórias as consequências no sistema produtivo e no sistema urbano de Lisboa.

Os equipamentos previstos e sua eventual reutilização

Para além de um “terciário de qualidade”, o Plano visa assegurar a “vivência multissocial” da zona, prevendo, nesse sentido, o estabelecimento de diversos equipamentos urbanos, desde escolas e institutos superiores, a hospitais, centro de enfermagem, supermercados, etc.

Os equipamentos previstos no Plano de Urbanização dividem-se em dois tipos. Uns, de natureza local, visam servir a nova área urbana, particularmente na sua componente residencial, assim como a população utente e abrangida pela área de influência da Zona de Intervenção - nomeadamente, equipamentos de ensino, de formação profissional, de cul-

tura e recreio, saúde, segurança social, culto, segurança pública e desporto. Por outro lado, os equipamentos de natureza supramunicipal, inserem-se no objectivo mais geral de criação de uma nova “centralidade metropolitana”. São eles: equipamentos de ensino superior, centros de investigação e desenvolvimento; equipamentos colectivos recuperados da Expo'98 (é o caso da Área Internacional, recuperada como o Centro de Exposições de Lisboa, o Pavilhão Multiusos, o Pavilhão de Portugal, a ser reutilizado como equipamento colectivo, ainda por definir, o Pavilhão dos Oceanos, como equipamento de investigação, cultura e recreio, o Oceanário e ainda outros equipamentos que podem vir a ter outras funções, nomeadamente um auditório ao ar livre, a Torre da Refinaria e outros pavilhões temáticos); dois parques desportivos; o Parque Urbano do Trancão; a área de lazer articulada com a proposta da marina da Ponte-Cais de Cabo Ruivo.

No Programa Preliminar, anteriormente referido, estão previstos vários tipos de comércio, desde os grandes espaços comerciais (Centro Comercial Vasco da Gama) até ao pequeno comércio. Este comércio é dirigido a toda a zona metropolitana, visando a satisfação das necessidades e expectativas dos potenciais consumidores da zona de intervenção, e contribuindo para a qualificação e diversificação comercial das populações residentes nas áreas limítrofes. É de ter em conta que nas operações de planeamento para as zonas envolventes de Lisboa e Loures, está prevista a promoção de espaços comerciais de apoio à população residente nos Olivais, Chelas, Moscavide e Sacavém.

Na perspectiva da Parque Expo, o turismo deve ser estudado a longo prazo: primeiro, o turismo da Expo'98, e só depois, o conjunto da oferta para toda a AML.

Prevêem-se três estabelecimentos hoteleiros com localizações diferentes - complexo da Estação do Oriente, miradouro do Cabeço das Rolas, e frente ribeirinha, junto ao Parque Urbano -, equipamentos estes de apoio não só à Exposição Mundial, mas também às empresas que irão situar-se na Zona²⁵. Segundo a Parque Expo, o turismo será uma das áreas responsáveis pela geração de receitas, no longo prazo, fundamentais para cobrir os custos totais de todo o empreendimento.

Neste domínio dos equipamentos e da sua (re)utilização futura, mais do que nos restantes, a aposta urbana dos responsáveis da Expo'98 é muito grande, sobretudo porque em função desse domínio se acabarão por jogar, fundamentalmente, os destinos do espaço público de toda a zona de intervenção. Trata-se, efectivamente, de uma aposta muito alta, ao mesmo nível, de resto, das enormes expectativas que aquela operação criou, desde o primeiro momento, independentemente das vicissitudes

porque tem passado todo o processo de edificação em curso. Sendo uma aposta muito alta, os riscos são evidentes. Na entrada do próximo milénio se saberá se a aposta foi ganha ou se não estaremos perante mais uma oportunidade perdida!...

Notas

- 1 A Parque Expo'98, criada a 23/3/1993, pelo decreto lei 88/93, é uma sociedade privada com capital público. Esta sociedade é responsável pela concepção, execução, construção, exploração e desmantelamento da Exposição Mundial. No que respeita o projecto de reconversão urbana, é responsável pela aquisição, urbanização e alienação de terrenos.
- 2 Fonte: "Relatório e Contas", 1993, Parque Expo'98, S.A.
- 3 A sua concepção teve como enquadramento as "Orientações programáticas para os estudos de desenvolvimento urbanístico da Zona de Intervenção", deliberadas pelo Conselho de Administração da Parque Expo, a 4 de Novembro de 1993, estabelecidas após a elaboração dos Estudos Preliminares de Urbanização e tendo em conta os Documentos de Enquadramento Urbanístico, definidos pelas Câmaras Municipais de Lisboa e Loures (Abril de 1993), com base nos respectivos Planos Directores Municipais.
- 4 Segundo o P.D.M. de Lisboa, a Zona de Intervenção integra a Unidade Operativa de Planeamento n.º 29 e a sua ocupação tem de ser estabelecida com base em Planos de Urbanização e de Pormenor, cujo programa deve ser compatibilizado com o próprio P.D.M., em termos de usos dominantes e dos seus impactos urbanísticos.
- 5 Entrevista com o arq.º Vassalo Rosa, realizada em 28 de Novembro de 1996.
- 6 Entrevista com o Dr. Silva Pinheiro, realizada em 23 de Abril de 1996.
- 7 Entrevista com a Dr.ª Teresa Craveiro, do DPE da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 20 de Março de 1996.
- 8 Idem, ibidem.
- 9 Fonte: Parque Expo'98, S.A., "Caracterização da Concepção Urbanística e da Arquitectura Urbana Estruturante da Zona de Intervenção da Expo'98", Maio de 1994.
- 10 Consideram-se espaços significativos e definitivos da Expo'98, o Oceanário, o Pavilhão Multiusos, a área dos pavilhões internacionais, a área de lazer, a praça central e as portas do Recinto da Exposição.
- 11 O Plano define três grandes estratégias para esta aproximação entre a cidade e o rio: construção de novas acessibilidades; regeneração de algumas zonas circundantes do rio Trancão, naturalização da paisagem e potenciação das vistas panorâmicas sobre o rio; estabelecimento de equipamentos de uso predominantemente lúdico e desportivo.
- 12 Vassalo Rosa, "A Exposição Mundial de 1998", in *Expo'98, Lisboa-Projetos*, 1996, E. Blau.
- 13 Trata-se de uma empresa do Grupo Parque Expo'98, responsável pelo Desenvolvimento e Promoção Imobiliária.
- 14 Estão previstas cerca de 2000 camas em residências universitárias.
- 15 Entrevista com o Eng.º Trigo da Rosa, realizada em 26 de Novembro de 1996, que contou também com a presença do Director de Marketing da Empresa, Rui Laurentino.
- 16 Consideramos a Metrópole de Lisboa de âmbito mais restrito - mas, urbanisticamente, mais significativo! - do que a referida "área metropolitana", que se apresenta, sobretudo, como uma entidade de configuração regional.

- 17 O Parque de Ciência e Tecnologia situa-se no ponto de confluência dos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra, a norte do aglomerado urbano de Talaíde e, genericamente, na área do Casal de S. Marcos/Casal de Cabanas.
- 18 Entrevista com o Arq.º Quaresma da Câmara Municipal de Oeiras, realizada em 18 de Abril de 1996.
- 19 Idem, ibidem.
- 20 Entrevista com o Eng.º Trigo da Rosa, realizada em 26 de Novembro de 1996.
- 21 Idem, ibidem.
- 22 Fonte: Parque Expo'98, S.A., "Programa preliminar dos estudos urbanísticos de pormenor".
- 23 Nomeadamente, a indústria de petróleo e seus derivados, o matadouro industrial, o depósito de material de guerra, a instalação de areia e gravilha.
- 24 Entrevista com o Eng.º Crisóstomo Teixeira, então Secretário de Estado do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, realizada em 19 de Março de 1996.
- 25 Hotéis de 3/4 estrelas, com 150 a 200 quartos; aparthotéis de 3/4 estrelas, com 100 a 150 apartamentos T0 e T1; outros equipamentos hoteleiros.